

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO N° _____, DE 2024

(Dos Srs. JORGE SOLLA e JOSEILDO RAMOS)

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a situação da Refinaria de Mataripe e sua possível reestatização.

Senhor Presidente,

Com base no Artigo 24, Inciso III, combinado com o Artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvido o Plenário desta Comissão, requeremos a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública para debater sobre a situação da Refinaria de Mataripe e sua possível reestatização.

Para tanto solicitamos sejam convidados:

- Magda Chambriard, Presidente da Petrobras;
- Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo (INEEP);
- Deyvid Bacelar, Coordenador-Geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP);
- Elizabete Sacramento, Diretora Executiva do Sindicato dos Petroleiros e Petroleiras da Bahia (Sindipetro-BA) e
- Associação Brasileira dos Refinadores Privados – Refina Brasil, representante.



JUSTIFICAÇÃO

Esta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle já realizou audiências públicas, de minha iniciativa e outros parlamentares, para discutir sobre a venda da Refinaria Landulpho Alves – RLAM (REQ 16/2021 e REQ 92/2021) e sobre o preço dos combustíveis praticados após a privatização (REQ 284/2023, REQ 302/2023 e REQ 321/2023).

Pois bem, diante de informações mais recentes que dão conta de que há negociações em curso com o grupo árabe Mubadala Capital, que adquiriu a RLAM em março de 2021, quando passou a ser denominada Refinaria de Mataripe, para a recompra da refinaria baiana ao Sistema Petrobras, é necessário voltar a debater o assunto na CFFC.

A retomada da Refinaria de Mataripe pela Petrobrás é bandeira de luta da Federação Única dos Petroleiros desde que a unidade foi privatizada no governo passado, a preço abaixo de mercado. “A refinaria foi vendida a preço de banana, por apenas US\$1,65 bilhão, embora a precificação de mercado indicasse, na época, que a refinaria valia cerca de US\$ 4 bilhões”, destaca o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar, citando estudos do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP). Vendida a refinaria, operada pela Empresa Acelen, passou a praticar o segundo maior preço de gás de cozinha e de combustíveis do país, ficando atrás apenas da refinaria do Amazonas (atual Ream), privatizada em novembro de 2022. Bacelar completa, “compraram as refinarias da Bahia e do Amazonas sob a alegação de que reduziriam preços ao consumidor final e aumentariam a concorrência. Mas hoje querem reserva de mercado e fornecimento de petróleo subsidiado da Petrobrás”.

O dirigente do Sindipetro-Bahia e atual Deputado Estadual, Radiovaldo Costa, afirma: “Nós estávamos certos, além dos preços altos dos combustíveis, a privatização prejudicou a refinaria e seus trabalhadores. Nunca vimos um número tão reduzido de trabalhadores nesta refinaria como atualmente. Após a sua venda, a refinaria está operando com 67% da sua capacidade de processamento. A refinaria de Manaus, que também foi privatizada, parou de processar. Enquanto isto, 11 das refinarias da Petrobrás estão com 97% da sua capacidade de processamento”.



A Diretora do Sindipetro-BA, Elizabete Sacramento, resume a situação da refinaria após sua privatização: “a produção está caindo, unidades foram fechadas e os resultados operacionais são baixos e isto está impactando a sociedade baiana, prejudicando até a manutenção dos empregos. Por isso, a importância de lutar para que essa retomada da refinaria pela Petrobrás realmente aconteça. Trata-se também da defesa da nossa soberania”.

As mobilizações em torno da reestatização da Refinaria Landulpho Alves continuam firmes no marco dos seus 74 anos de fundação e para que possamos promover um debate qualificado, solicitamos o apoio dos nobres pares.

Sala da Comissão, em 10 de setembro de 2024.

Deputado **JORGE SOLLÁ**

Deputado **JOSEILDO RAMOS**





Requerimento de Audiência Pública **(Do Sr. Jorge Solla)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a situação da Refinaria de Mataripe e sua possível reestatização.

Assinaram eletronicamente o documento CD248267900300, nesta ordem:

- 1 Dep. Jorge Solla (PT/BA) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Joseildo Ramos (PT/BA)

